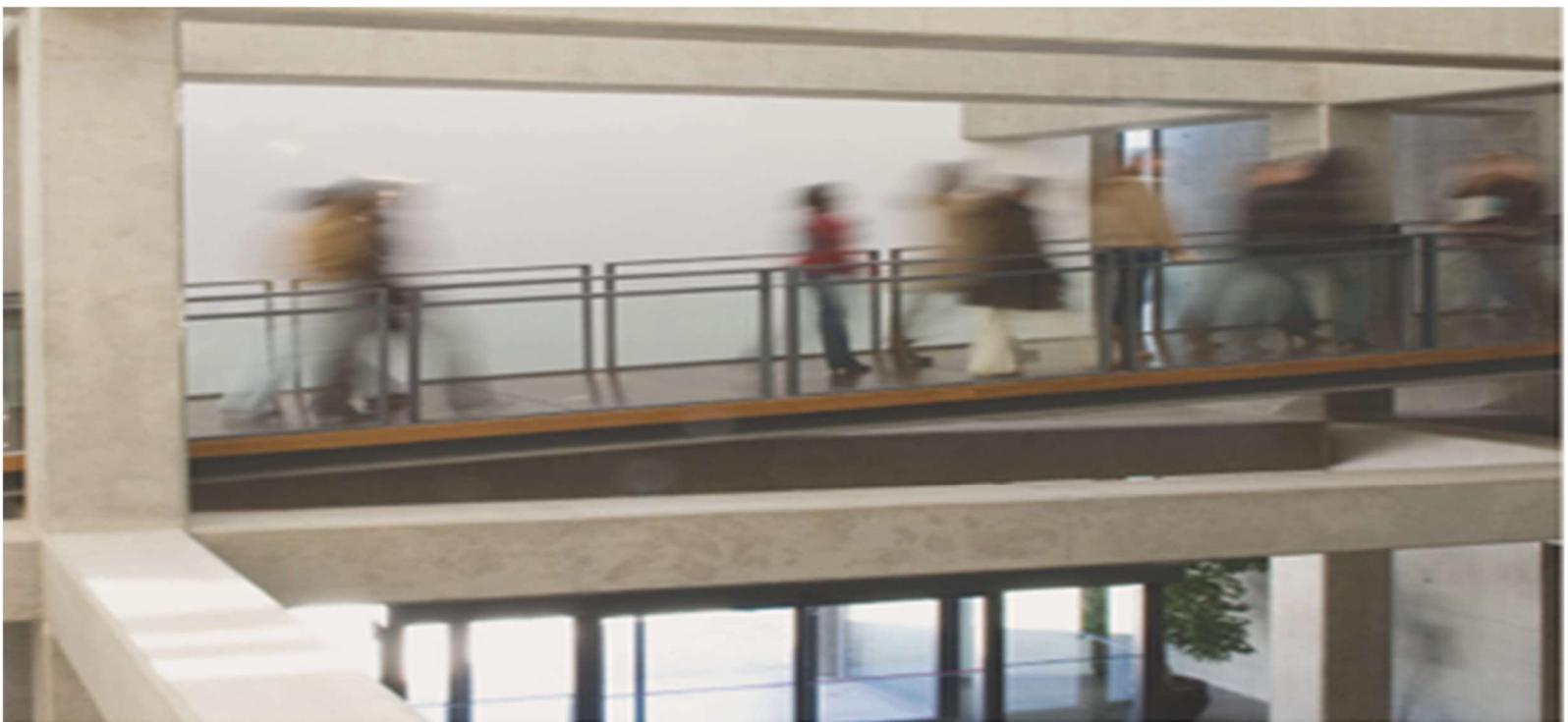


RELATÓRIO DE GESTÃO

INFARMED, I.P.,

2021



ÍNDICE

Nota introdutória	2
Desempenho 2021 – principais fatores de influência	4
INFARMED, I.P.,.....	Erro! Marcador não definido.
Síntese da análise da atividade desenvolvida.....	10
Desempenho orçamental	13
Receita	14
Despesa	18
Origem da receita e aplicação da despesa.....	23
Receita	23
Despesa com aquisição de bens e serviços e bens de capital	25
Situação económico - financeira.....	27
Resultados.....	27
Indicadores patrimoniais	28
Indicadores económico-financeiros.....	29
Perspetivas futuras	32
Aplicação de resultados	33
Outras informações	33
Remunerações do Conselho Diretivo.....	33
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Declarações Obrigatórias.....	34
Notas finais	36

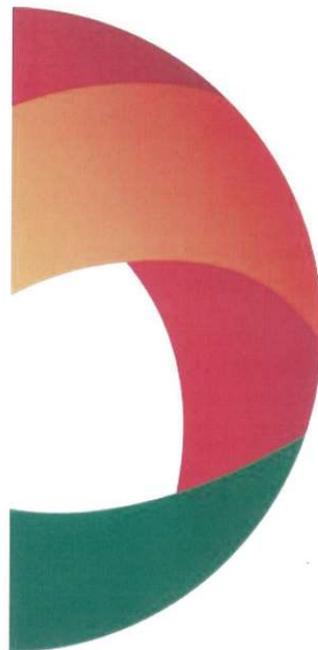
NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório de Gestão, apresenta, a síntese do desempenho da gestão do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos da Saúde, I.P., e os aspetos mais relevantes dos resultados obtidos na prossecução das atividades desenvolvidas em 2021, matérias melhor desenvolvidas no Relatório de Atividades de 2021, e foi preparado com o fim de ajudar a interpretar e explicitar as correspondentes demonstrações orçamentais e financeiras, proporcionando informação compreensível a todos os interessados.

Os principais resultados alcançados no cumprimento das suas atribuições, são objeto de avaliação anual, no quadro das responsabilidades em matéria de gestão financeira e orçamental, e apresentados no Relatório de Gestão anual, o qual integra o conjunto dos documentos de prestação de contas.

As demonstrações orçamentais e financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública – SNC-AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, ainda não implementada devido a questões relacionadas com a aplicação informática financeira e, correspondem à imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, da posição orçamental e financeira do INFARMED, I.P., a 31 de dezembro de 2021.

Diploma do Ministério da Saúde



À
**INFARMED - AUTORIDADE NACIONAL DO
MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAÚDE, IP**
em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelo
excecional empenho dos seus trabalhadores
no âmbito da resposta à Covid-19.

Lisboa, 7 de abril de 2021
A Ministra da Saúde



DESEMPENHO 2021 – PRINCIPAIS FATORES DE INFLUÊNCIA

A situação de pandemia que se vive em Portugal e no resto do mundo desde finais de 2019, continuou a marcar o ano de 2021. A necessidade de resposta à maior emergência de saúde pública das nossas vidas, inevitavelmente, determinou a orientação da ação do INFARMED, I.P., enquanto instituição do Ministério da Saúde, para essa prioridade.

Assim, em 2021, o INFARMED, I.P. continuou a desempenhar um papel central no combate à pandemia, em todo o processo de acesso às vacinas para a COVID-19, seja representando o Ministério da Saúde no Comité Europeu da Estratégia conjunta de aquisição de vacinas, seja intervindo com os seus peritos em todas as fases da avaliação e autorização das vacinas na União Europeia, seja assegurando a sua monitorização rigorosa através da farmacovigilância e o controlo da qualidade no processo de distribuição e utilização no Plano de Vacinação.

Esta intervenção teve ainda expressão em outras áreas tão importantes como o acesso aos dispositivos médicos e ainda todo o trabalho incansável de garantia de disponibilidade de medicamentos e dispositivos médicos, monitorizando todo o circuito farmacêutico, desde fabricantes e distribuidores a farmácias e hospitais, ou proporcionando o acesso às novas terapêuticas que estão a ser avaliadas, como os anticorpos monoclonais e os antivirais

Em 2021, ao desafio do combate à pandemia, juntou-se o desafio da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, de uma enorme exigência, ditada pelo contexto pandémico, quer pela relevância e reforçado sentido de urgência que imprimiu aos desafios para a área da saúde, quer pelo desafio da organização das reuniões da presidência, totalmente, em ambiente virtual.

Os primeiros seis meses do ano ficaram, pois, marcados por um trabalho de enorme exigência, intenso, de uma enorme dedicação, que permitiu ao INFARMED, I.P. e ao Ministério da Saúde alcançar todos os objetivos definidos para a área do medicamento e produtos de saúde, sendo de destacar pela sua enorme relevância, o acordo para a proposta de avaliação de tecnologias da saúde, o acordo geral para o mandato da EMA e as Conclusões do Conselho sobre o acesso a medicamentos e dispositivos médicos para uma UE mais forte e resiliente.

No plano interno, em matéria de organização do trabalho importa referir que ao longo do ano de 2021, enquanto medida de proteção da saúde e salvaguarda da continuidade da atividade, o INFARMED, I.P. manteve a maioria dos seus colaboradores em regime de teletrabalho total, mantendo nas instalações apenas os colaboradores afetos a funções cuja presença física se afigura imprescindível.

O início de 2021 foi também assinalado pelo arranque do Projeto de implementação do Sistema de Gestão da Conciliação (SGC), no âmbito do Programa 3 em Linha, que visa assegurar condições laborais que facilitem a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, sendo na sua génese um projeto de transformação organizacional, pois aposta na mudança de paradigma no que respeita às práticas laborais. O Infarmed assumiu o compromisso de integrar a conciliação na sua estratégia e processos, em sintonia com a já atual política de gestão, orientada para a promoção da melhoria do bem estar dos trabalhadores e a manutenção dos elevados níveis de qualidade dos serviços prestados.

De salientar ainda a aprovação do Plano de Implementação do Plano Estratégico 2020-2022, um dos dois instrumentos de gestão, a par dos Planos de Atividades anuais, que monitoriza e avalia a execução do Plano Estratégico do triénio. Este plano integra seis programas de ação: Pessoas | Estrutura e Organização | Modelo Operacional | Tecnologia | Comunicação | Conhecimento, no âmbito dos quais foram identificados projetos e iniciativas para a transformação e capacitação interna.

**Discurso da Ministra da Saúde, Marta Temido, nas comemorações dos 29 anos do
INFARMED, I.P.**

“Agradeço a todas e todos os colaboradores do Infarmed pelo seu esforço, empenho e marcado sentido de serviço público” na procura de “soluções concretas, capazes de dar resposta aos cidadãos e doentes”

“o rigor profissionalismo e capacidade de resiliência com que desempenham as suas funções”.

“O trabalho e resultados alcançados durante a Presidência Portuguesa da União Europeia fizeram sobressair a nossa competência” e contribuíram para “o reforço da posição de Portugal na UE como um todo”

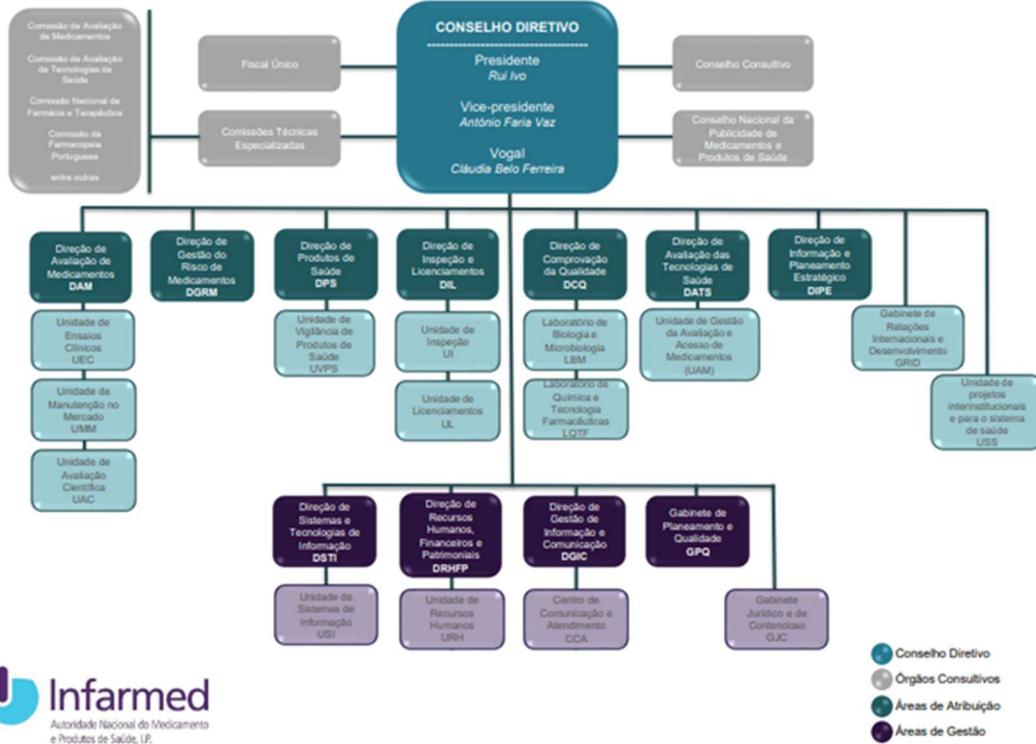
INFARMED, I.P.

O INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., é um instituto público de regime especial integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que exerce a sua atividade sob a tutela do Ministério da Saúde, e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 46/2012 de 24 fevereiro (Lei Orgânica) e pela Portaria n.º 306/2015 de 23 de setembro (Estatutos).

As suas atribuições são desenvolvidas nos domínios da regulação, investigação, produção, avaliação e autorização, inspeção, controlo analítico, distribuição, comercialização, monitorização do mercado e utilização de medicamentos de uso humano e de produtos de saúde.

A estrutura organizacional do Infarmed integra um órgão de direção, o Conselho Diretivo, um órgão de fiscalização, o Fiscal Único, e diversos órgãos consultivos, designadamente, o Conselho Consultivo, as Comissões Técnicas, 11 unidades orgânicas e 15 unidades flexíveis.

ORGANOGRAMA – INFARMED, I.P.



**Marca de Confiança - 22ª edição do estudo “Marcas de Confiança” da
revista Seleções do Reader’s Digest**

O estudo avalia os níveis de confiança dos portugueses relativamente às marcas e a aspetos de carácter social e económico ou político, e relativamente às instituições “*O Presidente da República, a Organização Mundial da Saúde, a par do **INFARMED**, são as instituições que os portugueses apontam como mais confiáveis*”.

SINTESE DA ANÁLISE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INFARMED, I.P., em 2021 é apresentada no Relatório de Atividades, no entanto, é de realçar, a consolidação do INFARMED, I.P., como agência de referência a nível internacional, para a qual contribuiu o desenvolvimento de diversas iniciativas no âmbito das competências desta autoridade nacional, sendo de destacar os resultados obtidos nos seguintes domínios:

Avaliação de Medicamentos de uso Humano:

- **Coordenação da avaliação europeia** (relator, corelator, *Peer Reviewer*, membro de equipa multinacional) em **13 pedidos de AIM**, nas áreas da cardiologia, diabetes, doenças hereditárias e metabólicas, Imunossupressores, Infeciologia (incluindo COVID), medicamentos usados para diagnóstico na área da oncologia, neurologia e sistema nervoso.
- **TOP 10** dos países que **mais contribuem para a avaliação** na atuação EMR, CHMP, COMP e PDCO.
- **3 144** ensaios clínicos **aprovados** e **175 ensaios clínicos submetidos** em 2021, com a seguinte classificação ATC: Antineoplásicos e Imunomoduladores (L), Anti-infecciosos (J), Sistema Nervoso Central (N) Sistema Cardiovascular (C), Órgão dos Sentidos (S), Sangue e Hematopoiéticos (B) Gastrointestinal e Metabólico (A), Sistema Musculo Esquelético (M), Sistema Respiratório (R).

Disponibilidade, acesso e acessibilidade:

- **Diminuição de 34%** do número de **rupturas de abastecimento efetivas**, por apresentação, face a 2020.
- **55** novos **medicamentos inovadores**, sendo as áreas terapêuticas mais representativas: Oncologia, Sistema Nervoso Central Cardiovascular, Endocrinologia, Anti-infecciosos;
- **158 medicamentos genérico aprovados**, entre os quais o 1º genérico para 14 DCI. Áreas terapêuticas mais representativas: Oncologia, Sistema Nervoso Central Cardiovascular, Endocrinologia, Anti-infecciosos.
- **4 medicamentos biossimilares aprovados**. Áreas terapêuticas mais representativas: Oncologia e Reumatologia.

- Número de **processos a nível europeu** – EUnetHTA: 4 avaliações conjuntas de medicamentos, 3 avaliações conjuntas de outras tecnologias, tendo sido ainda atualizadas, 19 *Rolling Collaborative Reviews* (RCR) referentes a moléculas com potencial utilização no tratamento da COVID-19.

Atividades de Licenciamento e supervisão

- **1235** inspeções a entidades (inclui inspeções a TARg (em farmácias e LVNSRM e acompanhamento de receção de vacina COVID-19), **439** Notificações de não conformidades verificadas/relatório de inspeção e **24** Processos de Contraordenação instaurados.
- Atos de licenciamentos: **2112** farmácias comunitárias, **1268** Distribuidores por grosso de medicamentos e DM, **103** atividades de canábis para fins medicinais, **1417** registos de farmácias para realização de TRAg-COVID-19.
- **2860** certificados de importação / exportação de substâncias controladas emitidos.
- **50** produtos analisados no âmbito do combate à falsificação.
- **5736** Dispositivos Médicos fiscalizados.
- **782** ações corretivas de segurança de DM notificadas.
- **1253** Cosméticos fiscalizados.

O Plano de Atividades do INFARMED, I.P., 2021 integrou 16 objetivos operacionais, dos quais 7 integram o QUAR 2021, tendo alcançado um elevado grau de realização, com um nível de desempenho de 92%. Em termos de objetivos estratégicos definidos no Plano, os resultados alcançados foram os seguintes:

	Objetivos Estratégicos	Grau de Realização
OE1	Reforçar a Regulação e Supervisão do Medicamento e Produtos de Saúde	94%
OE2	Envolver o Cidadão, Profissionais de Saúde e Parceiros	93%
OE3	Promover a Acessibilidade a Medicamentos e Produtos de Saúde e sua Sustentabilidade	91%
OE4	Criar Valor para Portugal apoiando a Inovação na Área da Saúde	86%
OE5	Promover a Excelência e a Sustentabilidade Operacional	91%

Relativamente ao nível de desempenho do QUAR 2021, este situou-se em 109%, correspondente a taxas de realização de 112% no que respeita aos indicadores de eficácia, de 114% nos indicadores de eficiência e de 105% nos indicadores de qualidade.

No campo da legislação, entrou em vigor, 26 de maio de 2021, o novo Regulamento dos Dispositivos Médicos (UE) n.º 745/2017 que tem como principal objetivo garantir que os dispositivos médicos e dispositivos médicos implantáveis ativos reflitam o estado-da-arte científico e tecnológico mais recente ao mesmo tempo que visa proporcionar mais transparência e segurança jurídica aos fabricantes, fortalecendo, assim, a competitividade internacional e a inovação no setor.

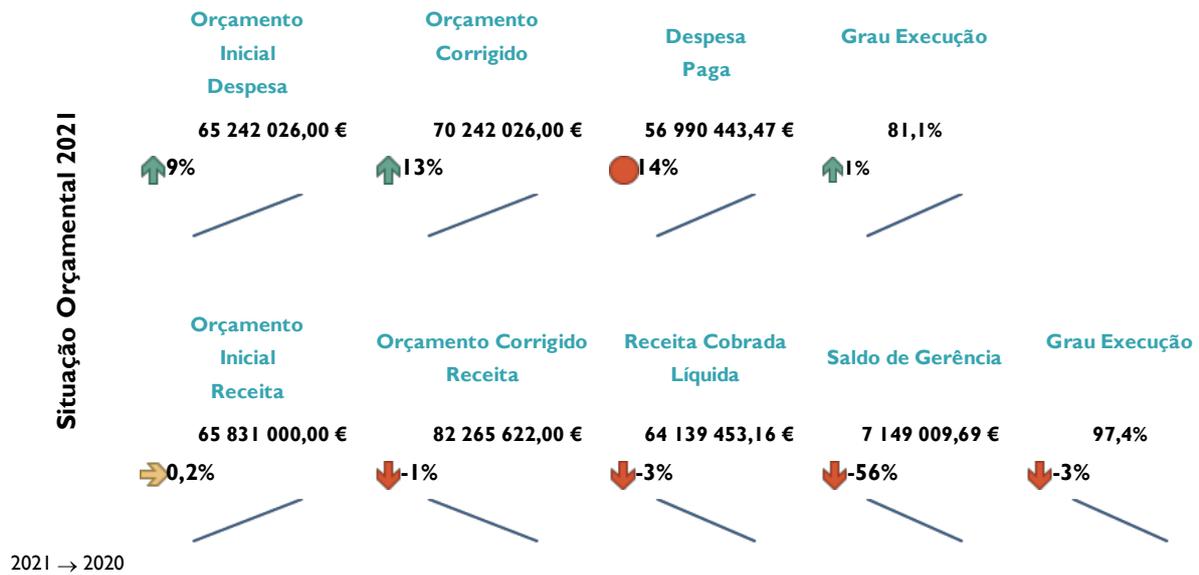
Em matéria de recursos tecnológicos, são de destacar em 2021, os seguintes Projetos:

- Automatização do processo de tratamento de reações adversas associadas às vacinas COVID
- Implementação da release 1 do Sistema de Gestão de Avaliadores (SGA) – Projeto em curso
- Implementação de um disaster recovery para e-mail, rede e site do Infarmed
- Implementação da Contentorização do Data center – Projeto em curso
- Implementação do Projeto sistema de alertas de tecnologias da saúde (SATS)
- Implementação da reestruturação do módulo de ruturas do sistema de avaliação de tecnologias da Saúde (SIATS)
- Substituição do parque informático de computadores portáteis
- Realização de um projeto na área da cibersegurança

DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 2021, o INFARMED, I.P., continua a evidenciar uma boa capacidade de cobrança, tendo a receita cobrada líquida total ascendido a 64,1M€ e um bom desempenho no que respeita à realização da despesa no montante total de 57M€, gerando um saldo orçamental de 7,1M€.

O saldo orçamental gerado apresenta ainda assim um decréscimo de 56% face ao saldo gerado em 2020, identificando-se como principal fator de pressão, a ligeira redução na receita cobrada, conjugada com aumento da despesa realizada, ambos justificados pelo aumento das transferências correntes destinadas ao financiamento do Orçamento da Saúde.



Legendas:

- ↓ - Variação negativa face a 2020
- ↑ - Variação positiva face a 2020
- - Variação negativa, mas com efeito positivo, face a 2020
- - Variação positiva, mas com efeito negativo, face a 2020

Receita

A receita cobrada líquida, evidenciada na Demonstração de Execução Orçamental da Receita, ascendeu a 64,1M€, situando-se quanto ao nível de execução orçamental nos 97,3%, por comparação com o orçamento corrigido, sem o efeito do SG de 2020.

Execução da receita por origem de fundos

Origem de fundos	2021				2020				variações	
	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Valor	%
Receitas próprias afetas a projetos co-financiados-FEDER e FSE	426 000 €	426 000 €	169 016 €	39,7%	477 400 €	477 400 €	54 128 €	11,3%	114 888 €	212%
FEDER e Fundo Social Europeu	405 000 €	405 000 €	248 348 €	61,3%	623 600 €	623 600 €	71 605 €	11,5%	176 743 €	247%
Receita própria do ano	65 000 000 €	65 076 050 €	63 722 089 €	97,9%	64 622 600 €	64 622 600 €	63 677 894 €	98,5%	44 195 €	0,1%
Sub-total	65 831 000 €	65 907 050 €	64 139 453 €	97,3%	65 723 600 €	65 723 600 €	63 803 628 €	97,1%	335 826 €	1%
SalDOS de RP transitados	- €	16 358 572 €	- €	-	- €	17 209 541 €	2 500 000 €	-	2 500 000 €	-100%
Total	65 831 000 €	82 265 622 €	64 139 453 €	78,0%	65 723 600 €	82 933 141 €	66 303 628 €	79,9%	2 164 174 €	-3%

Quanto à origem, verifica-se que a receita cobrada líquida do ano provém maioritariamente do financiamento de receitas próprias, e representam 99,6% da receita total.

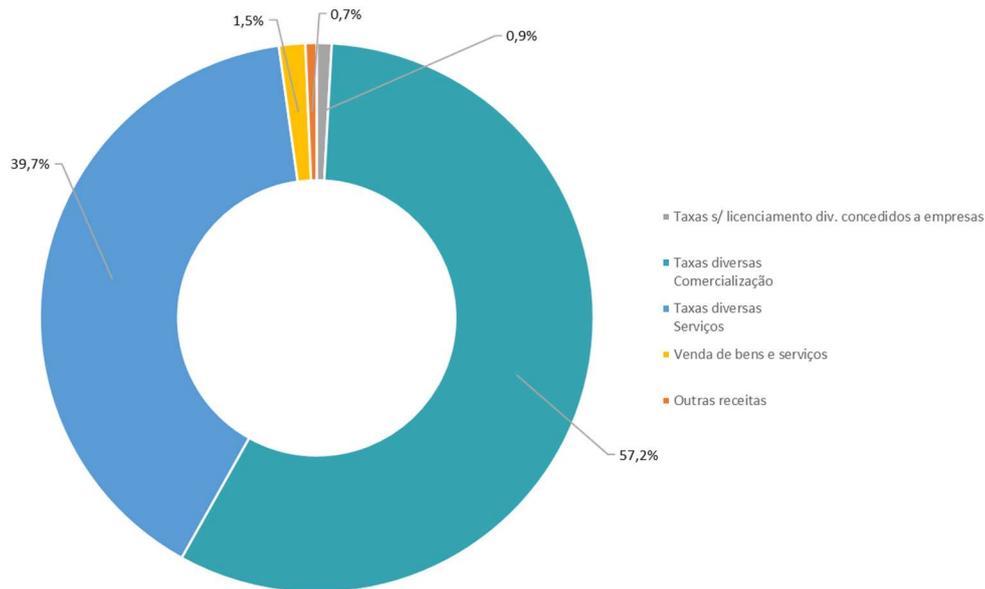
Execução da receita por tipologia

Tipo de receita	2021				2020				variações	
	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Taxa de execução	Valor	%
Taxas s/ licenciamento div. concedidos a empresas	1 500 000 €	566 000 €	555 632 €	98,2%	1 650 000 €	547 350 €	455 028 €	83,1%	100 605 €	22%
Taxas diversas	62 226 000 €	63 393 950 €	62 179 908 €	98,1%	62 000 000 €	63 020 000 €	62 113 224 €	98,6%	66 684 €	0%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	30 000 €	86 662 €	19 992 €	23,1%	40 000 €	40 000 €	14 932 €	37,3%	5 060 €	34%
Rendimentos da propriedade - Juros - Administração Central - Estado	- €	2 500 €	2 433 €	97,3%	-	-	-	-	2 433 €	100%
Transferências correntes - União Europeia - Instituições	-	-	-	-	124 600 €	124 600 €	- €	0,0%	- €	-
Venda de bens	70 000 €	38 478 €	1 188 €	3,1%	25 000 €	75 000 €	59 191 €	78,9%	58 003 €	-98%
Venda de serviços	1 550 000 €	1 219 960 €	983 889 €	80,6%	1 310 000 €	1 310 000 €	1 054 775 €	80,5%	70 885 €	-7%
Outras receitas correntes	50 000 €	65 000 €	23 897 €	36,8%	75 000 €	75 000 €	13 345 €	17,8%	10 552 €	79%
Outras receitas correntes - Segurança Social	-	-	-	-	499 000 €	499 000 €	71 605 €	14,3%	71 605 €	-100%
Venda de Bens de Investimento	-	-	-	-	- €	2 650 €	2 608 €	0,984	2 608 €	-100%
Transferências capital - União Europeia - Instituições	405 000 €	405 000 €	248 348 €	61,3%	- €	- €	-	-	248 348 €	100%
Reposições não abatidas nos pagamentos	- €	129 500 €	124 165 €	95,9%	-	30 000 €	18 921 €	63,1%	105 245 €	556%
Sub-total	65 831 000 €	65 907 050 €	64 139 453 €	97,3%	65 723 600 €	65 723 600 €	63 803 628 €	97,1%	335 826 €	1%
Saldo da gerência anterior	- €	16 358 572 €	- €	0,0%	-	17 209 541 €	2 500 000 €	14,5%	2 500 000 €	-100%
Total	65 831 000 €	82 265 622 €	64 139 453 €	78,0%	65 723 600 €	82 933 141 €	66 303 628 €	79,9%	2 164 174 €	-3%

A receita cobrada líquida do ano, quando comparada com o período homólogo, apresenta uma variação positiva de 1% (0,3M€), sem o efeito do SG de 2020.

Esta variação positiva encontra-se influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências de capital, com origem em fundos europeus no âmbito de financiamento de projetos, de 0,25M€ (100%) e pelo aumento da receita de taxas sobre licenciamentos, de farmácias e de atividades relacionadas com a canábis para fins medicinais, que apresentam um crescimento de 22% (0,1M€) face a 2020.

Distribuição da receita total



Os meios necessários ao financiamento da atividade do INFARMED, I.P., são totalmente assegurados por receitas próprias resultantes da cobrança das diversas taxas que lhe estão atribuídas por lei.

A autonomia face ao Orçamento do Estado é total, sendo as necessidades de financiamento completamente cobertas por taxas pagas pelas entidades que operam nos setores regulados e supervisionados, as quais em 2021 ascenderam a 62,8 M€, representando 97,8% da receita total do ano.

As taxas cobradas assumem três formas, nomeadamente:

- Taxas sobre a comercialização de medicamentos e produtos de saúde, as quais incidem sobre o volume mensal de vendas das entidades que comercializam este tipo de produtos, e que correspondem a 57,2% da receita total do ano;
- Taxas de serviços pagas como contrapartida de um serviço requerido ao Infarmed no âmbito da avaliação de medicamentos, as quais correspondem a 39,7% da receita total do ano; e
- Taxas de licenciamento de entidades, que representam 0,9% da receita total do ano.

Despesa

A despesa realizada total, a 31 de dezembro de 2021, evidenciada na Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, apresenta um valor global de 57M€, situando-se quanto ao nível de execução orçamental nos 81,1%, quando comparada com o orçamento corrigido.

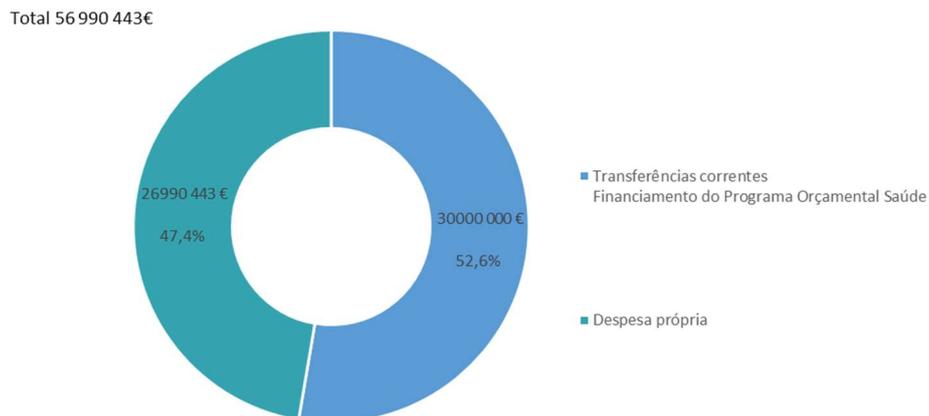
Execução da despesa por tipologia

Tipo de despesa	2021				2020				variações	
	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Despesa paga	Taxa de execução	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Despesa paga	Taxa de execução	Valor	%
Despesas com o pessoal	18 524 000 €	18 524 000 €	15 513 410 €	83,7%	17 000 000 €	17 164 000 €	14 357 259 €	83,6%	1 156 151 €	8%
Aquisição de bens	697 650 €	835 150 €	487 452 €	58,4%	755 588 €	865 148 €	524 024 €	60,6%	36 573 €	-7%
Aquisição de serviços	10 099 600 €	10 268 320 €	6 636 235 €	64,6%	8 244 412 €	8 294 712 €	6 089 515 €	73,4%	546 720 €	9%
Juros e outros encargos			-		-€	339 000 €	-€	0,0%	-€	
Transferências correntes	26 000 000 €	31 267 390 €	30 377 152 €	97,2%	26 114 872 €	28 614 872 €	27 614 872 €	96,5%	2 762 280 €	10%
Outras despesas correntes	1 953 776 €	2 518 776 €	502 384 €	19,9%	1 844 265 €	2 028 165 €	450 198 €	22,2%	52 186 €	12%
Aquisição de bens de capital	7 967 000 €	6 828 390 €	3 473 811 €	50,9%	5 901 495 €	5 054 735 €	909 187 €	18,0%	2 564 624 €	282%
Total	65 242 026 €	70 242 026 €	56 990 443 €	81,1%	59 860 632 €	62 360 632 €	49 945 056 €	80,1%	7 045 388 €	14%

Comparativamente com o ano de 2020, verificou-se um aumento da despesa paga de 14% (7M€), essencialmente ao nível das transferências correntes, aquisições de bens de capital e despesas com pessoal.

As transferências correntes ascenderam a 30,4M€ e representam 53,3% do total da despesa paga. Face ao ano de 2020, representam um aumento de 2,8M€ (10%), em resultado do aumento do valor de transferido nos termos da Lei do Orçamento do Estado (artigo 7.º e n.º 35 do Mapa de alterações e transferências orçamentais – Anexo I) para a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P, entidade gestora do Programa Orçamental da Saúde.

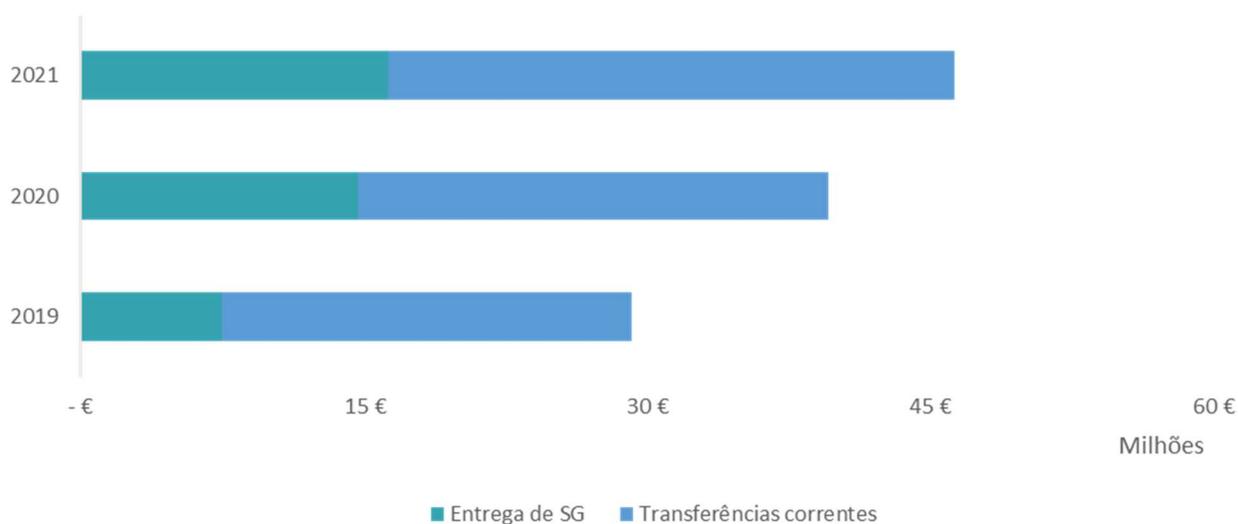
Distribuição da despesa total



Da despesa total realizada pelo INFARMED, I.P., 47,4% foi aplicada a despesa própria, destinada ao financiamento das despesas de funcionamento e da atividade operacional, tendo os restantes 52,6% sido direcionados para o financiamento do Programa Orçamental Saúde, através de transferências correntes para a ACSS, I.P., entidade gestora do Programa Orçamental da Saúde.

As transferências correntes realizadas para o Programa Orçamental da Saúde destinam-se a financiar atividades de controlo da prescrição e dispensa de medicamentos e de desenvolvimento de sistemas de informação nas áreas de medicamentos e de dispositivos médicos.

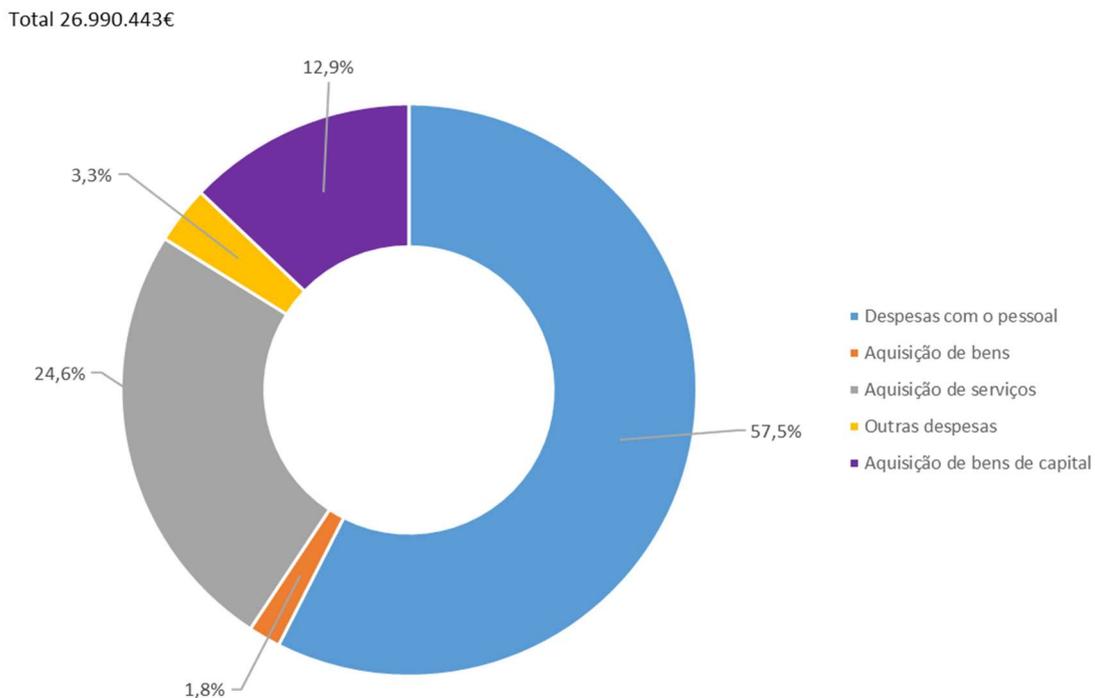
Contribuição para o financiamento do orçamento da saúde



No que respeita à contribuição do INFARMED, I.P., para o financiamento do Programa Orçamental da Saúde, às transferências correntes acima referidas, acresce a do saldo de gerência de 2020, conforme disposições do artigo 7.º e do n.º 3 do artigo 290º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

Despesa própria

(despesa total corrigida das transferências correntes)



A despesa com pessoal ascendeu a 15M€, representando 57,5% da despesa própria realizada, e regista, quando comparada com o período homólogo, um aumento de 8% (1,2M€), que resulta fundamentalmente na necessidade de contratação de pessoal para apoio a atividades no âmbito da resposta à pandemia, realizada ao abrigo do Decreto – Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

A despesa com aquisição de serviços corresponde a 24,6% da despesa própria paga e ascendeu a 6,6M€, traduzindo assim um aumento de 9% (0,5M€) face ao ano de 2020, onde se incluem serviços contratados para apoio à realização da Presidência Portuguesa da União Europeia, serviços associados às medidas no âmbito do COVID19, e serviços de consultadoria na área do planeamento estratégico.

Relativamente, à despesa com aquisição de bens de capital ascendeu a 3,5M€ (12,9%) verificando-se um crescimento significativo de 282%, no montante de 2,6M€, em relação ao ano precedente. Este crescimento é justificado pelo investimento realizado em recursos tecnológicos alinhado com o compromisso assumido no Plano Estratégico 2020-2022 em potenciar a transformação organizacional.

De salientar que em 2021 a execução da despesa própria inclui despesas realizadas no âmbito do COVID-19, relacionadas com a prevenção, contenção e mitigação, e representam 4,1% da despesa própria paga corrigida das transferências correntes.

Execução da despesa total por origem de fontes de financiamento

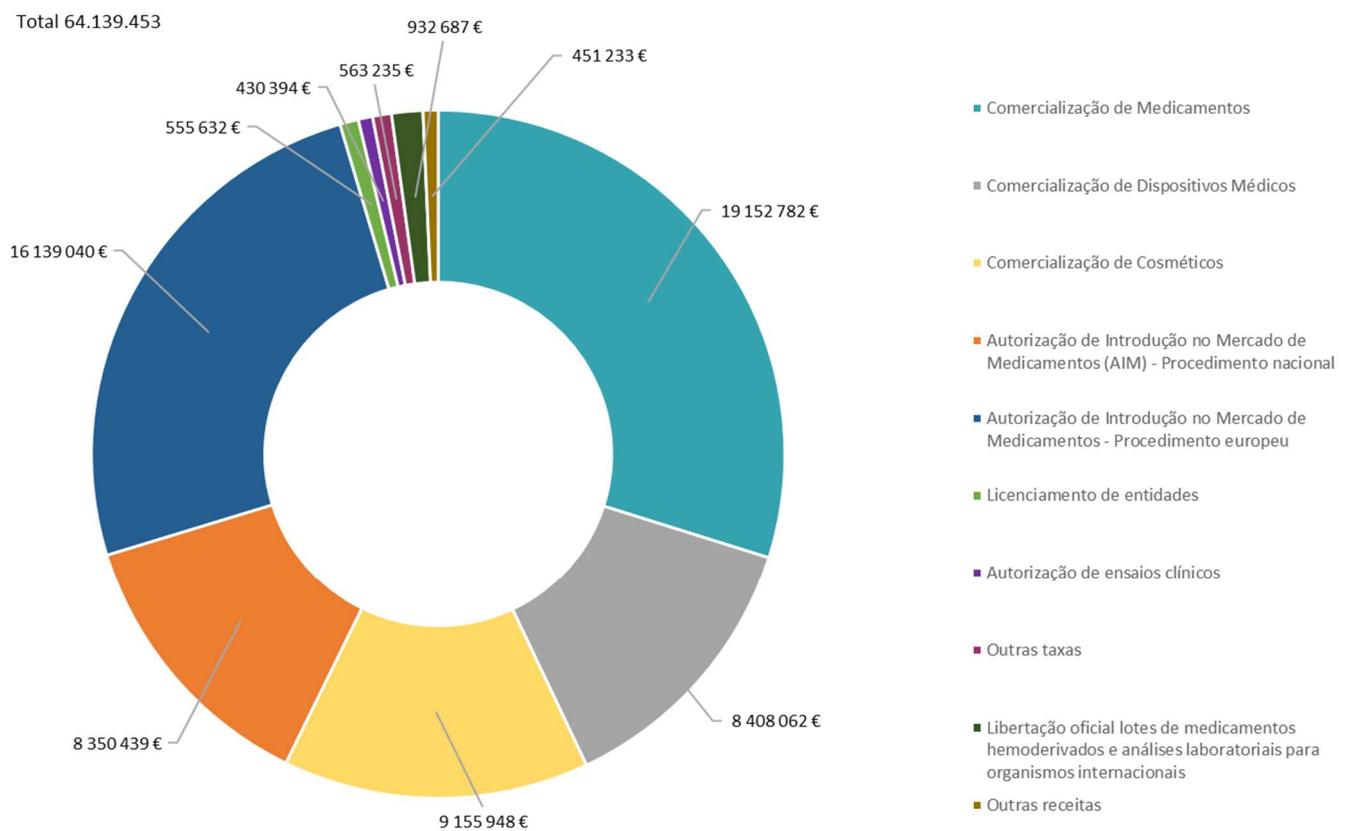
Origem de fontes de financiamento	2021				2020				variações	
	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Despesa paga	Taxa de execução	Orçamento inicial	Orçamento Corrigido	Despesa paga	Taxa de execução	Valor	%
Receitas próprias afetas a projetos co-financiados-FEDER e FSE	426 000 €	426 000 €	169 016 €	39,7%	477 400 €	477 400 €	54 128 €	11,3%	114 888 €	212%
FEDER e Fundo Social Europeu	405 000 €	405 000 €	248 348 €	61,3%	623 600 €	623 600 €	71 605 €	11,5%	176 743 €	247%
Receita própria do ano	64 411 026 €	69 411 026 €	56 573 079 €	81,5%	58 759 632 €	61 259 632 €	49 819 323 €	81,3%	6 753 757 €	14%
Total	65 242 026 €	70 242 026 €	56 990 443 €	81,1%	59 860 632 €	62 360 632 €	49 945 056 €	80,1%	7 045 388 €	14%

Analisando a execução da despesa por fontes de financiamento, verifica-se que 99,6% da despesa foi financiada por receita própria, e os restantes 0,4% financiados por fundos comunitários.

ORIGEM DA RECEITA E APLICAÇÃO DA DESPESA

Receita

Origem da receita



Conforme já referido o financiamento da atividade do INFARMED, I.P., tem origem em taxas cobradas às entidades que operam nos setores regulados e supervisionados, as quais assumem essencialmente duas formas:

- Taxas sobre a comercialização de medicamentos e produtos de saúde (inclui dispositivos médicos e cosméticos), as quais incidem sobre o volume mensal de vendas, das entidades que realizam a primeira venda deste tipo de produtos no mercado nacional;
- Taxas de serviços pela contrapartida direta de um serviço requerido ao Infarmed (ex. avaliação de medicamentos, licenciamento de farmácias), cuja cobrança é efetuada no ato de submissão de um pedido de serviço.

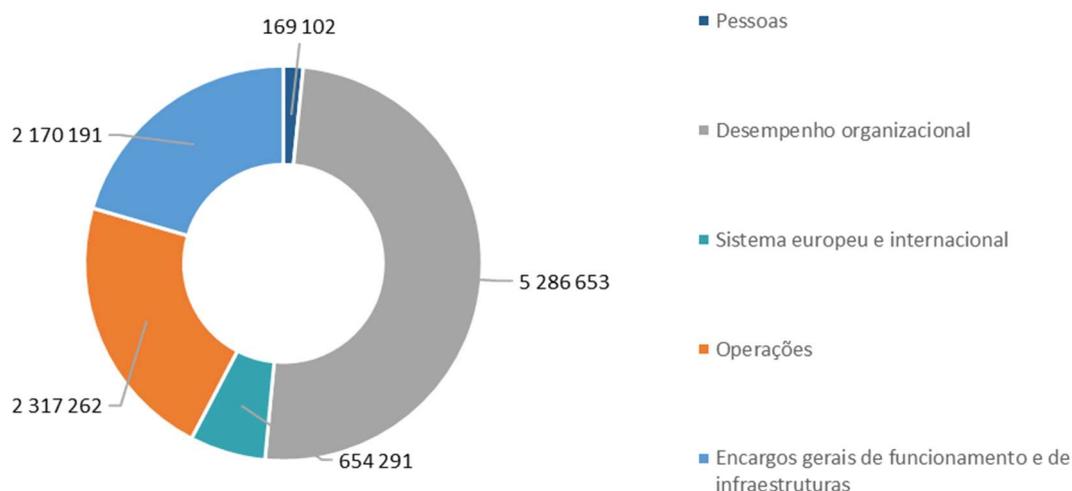
No que respeita às taxas de serviço, são de destacar as taxas cobradas pela avaliação de medicamentos por procedimentos europeus (centralizado, descentralizado e de reconhecimento mútuo), com uma importância muito representativa na estrutura de financiamento do INFARMED, I.P. (16,1 M€), captadas em ambiente concorrencial entre agências europeias do medicamento.

Em relação à receita proveniente de prestação de serviços, é de salientar os serviços prestados pelo laboratório do INFARMED, I.P., de libertação oficial lotes de medicamentos hemoderivados e análises laboratoriais para organismos internacionais, que ascenderam o montante de 0,9M€.

Despesa com aquisição de bens e serviços e bens de capital

Aplicação da despesa aquisição de bens e serviços e bens de capital

Total 10.597.498



No que respeita à despesa com a aquisição de bens e serviços e bens de capital, verifica-se que 50% da despesa realizada foi direcionada para o desenvolvimento do desempenho organizacional, no sentido de promover a transformação organizacional dos processos, das pessoas, e tecnologias, contribuindo assim na concretização de um dos objetivos estratégicos do PE 2020-2022 – *Promover a Excelência e a Sustentabilidade Operacional*.

A despesa aplicada às operações traduz a despesa realizada com bens, materiais e serviços de utilização e consumo direto na execução das atividades operacionais e apresenta um peso de 22% no total da despesa com aquisição de bens e serviços e bens de capital.

Os encargos gerais de funcionamento e de infraestrutura inclui a despesa realizada com a aquisição de bens e serviços relativos ao consumo e manutenção das instalações, infraestrutura geral e equipamentos e representa 20% da despesa total com aquisição de bens e serviços e bens de capital.

A despesa apresentada com o sistema europeu e internacional, no montante de 0,65M€, decorreu fundamentalmente da despesa realizada no âmbito da realização da Presidência Portuguesa da União Europeia decorrido no 1º semestre de 2021.

SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA

Resultados

Resultados	Notas	2021	2020	Variação	
				Valor	%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	--	13 264 816	17 204 698	-3 939 882	-23%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	--	11 182 602	15 769 298	-4 586 696	-29%
Resultado antes de impostos	--	11 184 534	15 769 298	-4 584 765	-29%
Resultado Líquido	--	11 184 534	15 769 298	-4 584 765	-29%

O exercício económico de 2021 apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição dos resultados globais, influenciada essencialmente pelo aumento dos gastos de transferências e subsídios concedidos no valor de 5M€, e pela diminuição das provisões, no montante de 3,6M€, resultante, da utilização das provisões em virtude da condenação do INFARMED, I.P. em alguns dos processos judiciais provisionados e da reversão das provisões em consequência da reavaliação do risco dos processos em contencioso.

Os gastos de fornecimentos e serviços externos também apresentam um aumento, comparativamente a 2020, essencialmente com gastos em diversos serviços especializados, tais como no âmbito da organização da Presidência União Europeia e apoio à implementação do plano estratégico 2020-2022, e com pagamentos aos avaliadores da Comissão de Avaliação de Medicamento.

Indicadores patrimoniais

Indicador	Notas	2021	2020	Variação	
				Valor	%
Ativos fixos tangíveis	Imobilizado líquido+Investimentos financeiros	15 912 228	14 995 839	916 389	6%
Ativo corrente	Existências + Dívidas de terceiros c/prazo + Disponibilidades	25 516 512	22 212 225	3 304 287	15%
Património Líquido	Total dos Fundos Próprios	28 574 006	24 538 482	4 035 524	16%
Passivo corrente	Dívidas a terceiros	10 033 920	18 558 650	-8 524 730	-85%

O ativo corrente ascendeu a 25,5M€, aumentando 3,3M€ (15%) face ao ano transato. Este aumento está influenciado pela reclassificação do ativo financeiro - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), de médio e longo prazo a receber para curto prazo a receber, em 30 de dezembro de 2022.

As variações do património líquido e do passivo corrente estão influenciadas pelo reconhecimento contabilístico da entrega do saldo de gerência (SG) de 2021, a ocorrer em 2022, à ACSS - Administração Central do Sistema da Saúde, I.P., em cumprimento do artigo 8.º e do n.º 3 do artigo 290º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

Indicadores económico-financeiros

Indicador	Rácio	2021	2020
Estrutura Financeira			
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,63	0,46
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1,67	0,86
Endividamento	Passivo/Ativo	0,37	0,54
Liquidez Geral	Ativo corrente /Passivo corrente	2,54	1,20
Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários) /Passivo corrente	2,49	1,16
Liquidez Imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	1,95	0,90
Funcionamento			
Rotação do Ativo	Volume de Negócios/ Ativo	1,43	1,22
Prazo Médio de Recebimentos	Clientes / Volume de Negócios x 365	4,50	6,26
Prazo Médio de Pagamentos	Fornecedores / Compras + FSE x 365	13,81	4,29
Rentabilidade			
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios	Resultados operacionais / Volume de negócios	0,20	0,27
Rentabilidade do Património Líquido	Resultados Líquidos/ Património Líquido	0,39	0,64
Rentabilidade Operacional do Ativo	Resultados operacionais / Ativo	0,29	0,32

No quadro dos resultados e eventos patrimoniais acima apresentados regista-se um desempenho positivo dos diversos indicadores económicos em 2021.

Os indicadores de liquidez demonstram que as necessidades do passivo a curto prazo estão completamente asseguradas por ativos também a curto prazo.

De destacar os indicadores de funcionamento, cujos os resultados obtidos nos rácios relativos aos prazos médios de recebimentos e de pagamentos, permitem concluir que o INFARMED, I.P., continua a apresentar adequados níveis de eficiência na sua gestão, não obstante o aumento registado no prazo médio de pagamentos, que se fica a dever à adoção à faturação eletrónica, que no período de adaptação e ajustamento provocou ligeiros atrasos processuais no pagamento a fornecedores, não sendo reflexo de quaisquer dificuldades de tesouraria.

O Infarmed continua a evidenciar solidez financeira e boa capacidade para cumprir quer com as suas obrigações não correntes, quer com as suas obrigações de curto prazo, e também se constata eficiência na utilização dos seus recursos.

O resultado líquido do exercício mantém-se positivo, no montante de 11,2M€, sendo, contudo, de registar uma diminuição no montante de 4,6M€ quando comparado com o resultado líquido de 2020, essencialmente justificada pelo aumento das verbas transferidas para financiamento do Programa Operacional da Saúde.

**Entrevista ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ao “Infarmed
Notícias”, abril 2021**

“O Infarmed (...) tudo fez para poder dar resposta a exigências trazidas pela pandemia, com necessidade de certificar novos dispositivos médicos e medicamentos com prazos breves, tendo-o feito sem questionar a qualidade do trabalho que desenvolve.”

PERSPETIVAS FUTURAS

A situação pandémica ainda requer atenção, sendo, contudo, esperado que o ano 2022 permita concentrar esforços em torno da recuperação da atividade corrente, sem perder de vista os desafios, assumido no Plano Estratégico 2020-22, traduzidos nos seus cinco objetivos estratégicos: Reforçar a regulação e supervisão do medicamento e produtos de saúde; Envolver o cidadão, profissionais de saúde e parceiros; Promover a acessibilidade ao medicamento e produtos de saúde e sua sustentabilidade; Criar valor para Portugal apoiando a inovação na área da saúde; Promover a excelência e sustentabilidade operacional.

No plano nacional e europeu, mantém-se a tendência de uma cada vez maior e mais necessária Estratégia coordenada entre as autoridades europeias e dos vários países, como resposta ao contexto de mudança acelerada que exige uma resposta cada vez mais articulada, rápida e centrada nas necessidades dos cidadãos, sendo, portanto, também esta uma orientação relevante para a ação futura do Infarmed.

Dar resposta a novas diretrizes e atribuições nas áreas, entre outras, dos dispositivos médicos, ensaios clínicos e HTA, melhorar a articulação com o SNS e a articulação interna e capacidade de gestão, serão igualmente prioridades.

O modelo de gestão do INFARMED, I.P., mantém-se orientado para a melhoria e simplificação de processos complexos, com o apoio da tecnologia, tendo em vista a promoção da melhoria da experiência do colaborador e a satisfação de clientes e utilizadores dos serviços disponibilizados, e a obtenção de ganhos de eficiência em benefício da saúde pública e do cidadão.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício de 11.184.533,76 € será transferido para resultados transitados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Remunerações do Conselho Diretivo

Nos termos do n.º 4 e n.º 9 da RCM n.º 155/2005, de 6 de outubro, apresentam-se no quadro seguinte as remunerações principais e acessórias auferidas, pelos membros do Conselho Diretivo, em 2021. Importa referir que no decorrer do presente exercício económico a constituição do Conselho Diretivo teve a seguinte constituição:

Presidente: Dr. Rui dos Santos Ivo

Vice-Presidente: Dr. António Manuel Núncio Faria Vaz

Vogal: Dr.ª Cláudia Susana da Conceição Robalo de Jesus Belo Ferreira

**Remunerações do Conselho Diretivo
 [quadro]**

Membros	Remuneração Base	Despesas Representação	Total	Datas
Presidente	55 619,64 €	22 247,88 €	77 867,52 €	01/01/2021 a 31/12/2021
Vice-presidente	65 625,60 €	20 023,08 €	85 648,68 €	01/01/2021 a 31/12/2021
Vogal	44 495,76 €	17 798,28 €	62 294,04 €	01/01/2021 a 31/12/2021
Total	165 741,00 €	60 069,24 €	225 810,24 €	

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Declarações Obrigatórias

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 3 do art.º 15. da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro foram publicadas no sítio da internet do Infarmed, as seguintes declarações:

- Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2021.
- Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2021.
- Declaração de compromisso plurianuais existentes em 31/12/2021.

Medalha de Honra da Ordem dos Farmacêuticos ao Infarmed.

A Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, no dia 25 de setembro de 2021, agraciou com unanimidade o INFARMED, I.P., como forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido nos últimos 28 anos, com especial enfoque para o esforço, empenho e resiliência apresentados, durante o período de pandemia bem como durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.



NOTAS FINAIS

O INFARMED, I.P., continua a orientar o desenvolvimento da sua atividade como base na defesa dos princípios de interesse geral, tais como a prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé e da boa administração.

É no quadro desses princípios que todos, Conselho Diretivo, dirigentes, colaboradores e peritos assumimos, no dia a dia, a responsabilidade e o compromisso para com a missão do INFARMED, I.P..

Expressamos assim o nosso agradecimento aos diversos órgãos consultivos do Infarmed, nos quais se incluem as comissões técnicas especializadas, pelo seu trabalho e envolvimento contínuo na atividade desta Autoridade.

E terminamos sublinhando a confiança que depositamos nos dirigentes e colaboradores desta Autoridade e agradecendo individualmente a todos o seu contributo e espírito de missão por manterem um nível de desempenho elevado no cumprimento da missão do Infarmed.



Rui Santos PD
Presidente
do Conselho Diretivo



António Paula Paes
Vice-Presidente
do Conselho Diretivo



Duarte Belo Fernandes
Vice-Presidente
do Conselho Diretivo